

CIDADANIA AMBIENTAL: DIÁLOGOS EDUCATIVOS SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA COMUNIDADE ESCOLAR

Thays de Jesus Silva ¹
Rosângela Silva Oiveira ²

RESUMO

As reflexões aqui expostas resultam de uma experiência educacional vivenciada através de um projeto de extensão vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão da Universidade Estadual do Maranhão. Seu objetivo foi estimular a consciência ambiental dos estudantes na comunidade escolar com diálogos reflexivos sobre proteção e responsabilidades ambientais desta geração. As atividades extensionistas iniciaram em outubro/2022 e foram encerradas em dezembro/2023 tendo como público-alvo estudantes da 1ª e 2ª série matriculados no turno vespertino da escola estadual C. E. Estado do Ceará, localizada no centro da cidade de Bacabal-MA. As mediações pedagógicas, aplicadas no contraturno dos estudantes, ocorreram em encontros pedagógicos presenciais e online de forma reflexiva, dialógica, investigativa e interdisciplinar com elaboração de sínteses orais e escritas sobre o conhecimento adquirido. Como resultado foi possível identificar que as contínuas reflexões sobre condutas ecologicamente equilibradas e sustentáveis estimularam aprendizagens ecológicas essenciais ao ser humano para atuar em defesa do equilíbrio ambiental nesta e em outras gerações. Eles entenderam que a preservação do meio ambiente depende da disposição da atual geração para diminuir o impacto ambiental das suas atitudes e hábitos cotidianos. Como produto das aprendizagens foi elaborado um livreto com ilustrações e linguagem popular nordestina com reflexões que estimulam comportamentos e hábitos socioambientais que colaboram para alcançar o desenvolvimento sustentável nas comunidades. As ações extensionistas refinaram seus olhares sobre a necessidade de saúde ambiental, sensibilizando-os para o fato de que os problemas ambientais interferem na qualidade de vida das coletividades locais e globais. Com isso assumiram o compromisso de adotar condutas e hábitos que colaborem com interações construtivas, justas e ambientalmente sustentáveis.

Palavras-chave: Consciência Ecológica, Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável.

INTRODUÇÃO

A educação ambiental na comunidade escolar propõe reflexões sobre os desequilíbrios ambientais que afetam a vida humana e do planeta, especialmente neste tempo de alto consumo e desperdícios tanto de resíduos sólidos como de energias renováveis. Logo, infere-se que a apreensão de informações relevantes à luz da realidade

¹ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ts3144645@gmail.com;

² Professor orientador: Doutora em Educação, Departamento de Educação - UEMA, rosangela.uema@gmail.com

ambiental local, permitirá aos homens análises reflexivas sobre hábitos culturais individuais e coletivos que impactam a qualidade da vida humana, reassumindo-os ou rejeitando-as como resultados das aprendizagens alcançadas (Reigota, 1998; Neves 2002).

Em um mundo marcado pela escassez de recursos naturais e pela poluição dos mais variados ecossistemas é cada vez mais necessário ações individuais e coletivas ecologicamente sustentáveis. E no espaço educativo da educação ambiental pode-se promover um singular processo de sensibilização e formação de cidadãos comprometidos com a preservação e desenvolvimento sustentável do meio ambiente em que vivem.

Nesta direção as ações extensionistas aqui apresentadas foram elaboradas com o objetivo de refletir com estudantes da comunidade escolar sobre a importância social do exercício da cidadania ambiental, percebendo-a como condição para o ser humano atuar em defesa da vida no planeta, movido por padrões éticos e equitativos ecologicamente sustentáveis. O intuito inicial foi identificar em documentos oficiais os direitos constitucionais, metas ambientais de acordos mundiais e respectivas políticas vigentes que procuram garantir maior sustentabilidade ao meio ambiente brasileiro. Intencionalmente buscou-se, também, promover mediações pedagógicas que refletissem sobre as condições ecológicas da cidade de Bacabal invocando direitos ambientais já existentes a fim de conscientizar e consolidar saberes sobre responsabilidades socioambientais comunitárias e institucionais.

Entende-se que a consciência da responsabilidade ambiental, necessidade individual e coletiva, garantida constitucionalmente no ordenamento jurídico brasileiro em vigor, significa o exercício efetivo e consciente de boas ações socioambientais com a participação dos sujeitos que fazem as coletividades (Brasil, 1988). Ou seja, sabe-se que o exercício da Cidadania Ambiental favorece acesso ao conhecimento de direitos e deveres ecológicos e respectivo conjunto de condições que possibilitam ao ser humano atuar em defesa da vida tanto nas áreas rurais como nas áreas urbanas. Ela estimulará a participação e responsabilização de cada cidadão, de qualquer lugar do mundo, em prol da defesa do equilíbrio ambiental entre os seres vivos.

Uma educação para o desenvolvimento sustentável, em todas as modalidades de ensino regular, deve privilegiar currículos escolares pedagogicamente conscientes, éticos, inclusivos e democráticos. Essa conscientização ecológica deve ser individual e coletiva e, para que seja efetiva, precisa ser apreendida dialeticamente à luz de estudos científicos e políticas ambientais em vigor.

Logo, urge às novas gerações observar e analisar meticulosamente, com responsabilidade científica e socioambiental, fatos e práticas sociais do ponto de vista ecológico, reconhecendo as necessidades e oportunidades para atuar de modo propositivo, e conquistar um meio ambiente saudável e a boa qualidade de vida. A juventude brasileira precisa compreender que os impactos ambientais interferem na qualidade de vida e saúde das pessoas, em todas coletividades, culturas e distintos espaços geográficos. No caso específico dos ambientes urbanos precisam de reflexões sobre os desperdícios e impactos ambientais que tornam-se mais graves devido ao crescimento desordenado das cidades e alta concentração de pessoas com demandas diversificadas de consumo imediato.

Espera-se que as experiências educacionais extensionistas vivenciadas e aqui expostas, sensibilizem outros educadores para experimentarem distintas práticas educativas voltadas para o conhecimento e exercício efetivo da cidadania ambiental. Assim, esta nova geração poderá promover e/ou ampliar novas sensibilizações, conscientizações e responsabilização pelo ecossistema brasileiro.

METODOLOGIA

As ações extensionistas foram desenvolvidas e fundamentadas dentro da perspectiva educativa dialética (Vasconcellos, 2002) cuja estrutura didática orienta práticas docentes reflexivas, investigativas, significativas, includentes e úteis às práticas sociais dos sujeitos envolvidos. As ações de extensão executadas foram as seguintes:

- Organização da rotina de reuniões e trabalhos da equipe do projeto;
- Estudos teóricos com os membros da equipe sobre Consciência Socioambiental, Ética, Sustentabilidade e Sociedade (Chauvel: Cohen, 2009), Consumo Consciente (Neves, 2003); Comunidade (Bauman, 2001; 2003).
- Visita à escola-campo das ações do projeto para contato inicial com gestores, professores e estudantes;
- Criação de um grupo de whatsapp com estudantes, professores e gestores envolvidos nas atividades extensionistas para troca de informações rápidas;
- Organização e divulgação de um mural virtual para socialização de vídeos, artigos científicos, impactos ecológicos urbanos em Bacabal-MA.
- Apresentação online das atividades extensionistas para comunidade escolar através de uma live com o tema “Cidadania Ambiental”;

- Orientação para participação de um Curso Aberto na Plataforma Eskada/UEMA com o tema “Sustentabilidade Ambiental na Comunidade Escolar”, com carga horária de 20h;
- Orientação e aplicação de uma pesquisa de campo com os estudantes do Ensino Médio sobre as condições ecológicas de alguma área urbana da cidade de Bacabal a ser escolhida após levantamento diagnóstico;
- Planejamento e realização de um Colóquio Online com o tema “Acordos Ambientais Mundiais, Agenda 2030 e os 17 ODS”;
- Elaboração coletiva de um livreto com ilustrações e linguagem popular nordestina com reflexões sobre proteção, responsabilidades e deveres ecológicos do meio ambiente em Bacabal-MA.

Todas as atividades de mediação pedagógica, tanto presenciais quanto virtuais, ocorreram considerando as seguintes etapas: diálogo informal, mobilização, contextualização, reflexão, construção e expressão dos conhecimentos construídos coletivamente (Boff, 1999).

REFERENCIAL TEÓRICO

É dever constitucional das instituições públicas educacionais, em todas suas modalidades e níveis, oferecerem estudos sobre Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, estimulando conscientização socioambiental (Brasil, 1988). O ordenamento jurídico brasileiro explícito na CF/88 no Cap. VI, Art. 225 assegura legalmente o direito coletivo a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo à sociedade política e a sociedade civil o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Nesta perspectiva o ambiente escolar, desde a primeira infância, pode ser um espaço pedagógico de alto valor ecológico. A singularidade e importância da Educação Ambiental na Educação Básica reside no fato de proporcionar diálogos, sensibilizações, conscientizações e ações de impacto sobre a vida humana, suas demandas e formas de consumo, sem exaurir os recursos naturais do planeta.

Ações educativas sobre o meio ambiente podem estimular futuras ações conscientes para preservação do meio ambiente de maneira que, em sociedade, os homens encontrem o equilíbrio entre o suprimento de suas necessidades e o uso racional de seus recursos naturais. E neste processo humanizante e humanizador reside o exercício efetivo

da cidadania ambiental que se configura como direitos e obrigações de todos os cidadãos (Tristão, 2002).

Na perspectiva educacional sobre Educação Ambiental a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no Art. 26, estabelece que em todos os projetos políticos pedagógicos da Educação Básica devem incluir estudos sobre o meio ambiente na formação do estudante brasileiro (Brasil, 1996).

A magna Lei de Diretrizes e Bases orienta que em todas as modalidades e graus de ensino os estudos em Educação Ambiental sejam estimulados, considerando a necessidade de ampliar a consciência e responsabilidade ecológica, garantindo o exercício efetivo da cidadania ambiental.

Infere-se que a escassez de ações de proteção ao meio ambiente urbano e rural não tem origem na escassez de legislações sobre Direito Ambiental, mas no exercício real e efetivo da cidadania ecológica muitas vezes preterida, subvalorizada e silenciada.

Outrossim, diante da intensa e gradual degradação ambiental urbana e rural o governo do Estado do Maranhão criou a Escola Ambiental do Maranhão pela Lei 11.365/2020 como parte do plano estratégico de sua Política de Educação Ambiental, visando, sobretudo, sensibilização socioambiental, geração de trabalho e renda. Intencionalmente aproximou-se da Universidade Estadual do Maranhão para ampliar a oferta de educação ambiental, implementação de projetos voltados à cidadania ambiental, mobilização para o enfrentamento dos desequilíbrios ecológicos prioritariamente nas populações socioeconomicamente vulneráveis (Maranhão, 2020).

Em resposta a Universidade Estadual do Maranhão, apoiando políticas e programas que estimulam o desenvolvimento sustentável e o cumprimento da Agenda 2030, apoia programas e ações de extensão com vista à produção de conhecimentos que se voltem ao aprimoramento, transformação e desenvolvimento socioambiental dos municípios maranhenses. Entende-se que a defesa da qualidade ambiental maranhense exige estudos na comunidade escolar como valor inseparável da formação educacional dos jovens e seu efetivo exercício da cidadania (Reigota, 1998; Tristão, 2002; Chauvel, 2009).

A operacionalização de uma educação escolar voltada para o desenvolvimento sustentável e o efetivo exercício da cidadania ambiental, por certo, promoverá entre docentes e discentes da Educação Básica a aquisição/ampliação de competências e habilidades que permitirão aos estudantes refletirem sobre sua realidade socioambiental, tomar decisões conscientes e responder desafios individuais, coletivos, locais e globais

nesta e em outras gerações (Baumann, 2001, 2003; Boff, 1999).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Existe uma demanda para que os homens estejam estimulados e mobilizados para exercerem um lugar social mais ativo e propositivo em relação aos ecossistemas do planeta. Entretanto, verifica-se que nas últimas décadas a responsabilidade ecológica individual e coletiva têm sofrido esvaziamentos e silenciamentos que não colaboram com a preservação da vida humana.

Infere-se que os homens precisam ser educados para compreenderem melhor as especificidades e necessidades de seus ecossistemas, só assim podem nele intervir de maneira eficiente e eficaz. Estes pensamentos alimentaram a força motriz das atividades realizadas que a seguir elencamos.

A parte inicial das ações extensionistas voltaram-se para organização, estudos e planejamento das atividades. Então foram operacionalizadas as seguintes etapas: Organização da rotina de reuniões e trabalhos da equipe do projeto; Estudos teóricos com os membros da equipe sobre Consciência Socioambiental, Ética, Sustentabilidade e Sociedade (Chauvel: Cohen, 2009), Consumo Consciente (Neves, 2003); Comunidade (Bauman, 2001; 2003).

Estas atividades foram necessárias para deixar a equipe promotora mais segura em relação às políticas públicas ambientais atuais e respectivas demandas locais e regionais. Em seguida nos dirigimos à escola-campo das ações do projeto para contato inicial com gestores, professores e estudantes.

Para comunicação e divulgação das atividades criamos um grupo de whatsapp com estudantes, professores e gestores envolvidos nas atividades extensionistas para troca de informações rápidas; e elaboramos um mural virtual para socialização de vídeos, documentários e artigos científicos de impactos ecológicos urbanos. Estas duas atividades foram exitosas especialmente porque, como recurso tecnológico incluyente e de fácil operacionalização, diminuíram desconfianças de alguns estudantes e ampliaram suas curiosidades sobre conhecimentos e estratégias de desenvolvimento sustentável dentro e fora da comunidade escolar.

Debates online realizados foram palcos de mensagens reflexivas como o fato de que viver de forma ecologicamente sustentável não pode ser apenas um desejo abstrato e inatingível, mas o exercício consciente de um estilo de vida cultural com

equilíbrio ambiental equitativamente saudável. Os estudantes consensualmente perceberam que a vida em sociedade requer regras de conduta e respeito mútuo entre os homens e destes com a natureza.

A participação ativa dos estudantes no Curso Online da Plataforma Eskada/UEMA com o tema “Sustentabilidade Ambiental na Comunidade Escolar” com carga horária de 20h, forneceu-lhes argumentos teóricos para entender que o exercício da cidadania em qualquer nação, inclui conhecimentos ecológicos e o dever de proteger o meio ambiente em que vivemos. Sensibilizados entenderam que a Cidadania Ambiental pressupõe um singular convívio e respeito com a sustentabilidade do planeta.

O olhar investigativo que realizaram sobre a realidade ecológica da comunidade local os fizeram perceber que vivendo em meio a coletividades devemos compreender que compartilhamos um ambiente habitável com outros seres humanos e com outros seres vivos que participam de ecossistemas interdependentes que colaboram com a renovação da vida nesta e em outras gerações. Eles concluíram que aprender cada vez mais sobre as necessidades e hábitos de consumo diário de nosso povo faz parte da identidade civil do cidadão brasileiro.

Como produto final destas mediações pedagógicas foi elaborado uma Carta Pública (livreto) com ilustrações e linguagem nordestina, interativo e de alto valor didático com lições sobre Ecologia e Desenvolvimento Sustentável.

Os temas abordados na Carta Pública a comunidade local envolveram Direitos Constitucionais para viver em um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Além disso, fundamentados em estudos teóricos e documentais sobre a Agenda 2030 e os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, os estudantes criaram um Plano Verde para a comunidade bacabalense com as seguintes orientações ecológicas:

- Todas as formas de pobreza devem ser combatidas e extintas;
- Não podemos plantar tudo no sertão, mas de lá saem os grãos que vão para os pratos dos brasileiros;
- Procure ficar um véio (homem) bonito, cheiroso e vistoso;
- Letramento é direito de todos;
- Todos são iguais. Ame as pessoas.
- Água potável é um direito humano;
- Energia limpa, confiável e renovável é direito de todos. Evite desperdícios.
- O bom aproveitamento dos talentos pessoais torna fecunda a dignidade humana;
- A industrialização sustentável promove crescimento econômico e bem-estar social;

- As pessoas são os melhores bens de uma Nação;
- Cidades inteligentes protegem e garantem boa qualidade de vida a todos;
- Compre e consuma apenas o necessário. Alguém sofre a dor dos desperdícios;
- Eu amo o Nordeste, sua gente e linguagem. Precisamos proteger sua beleza natural.
- As águas alimentam a vida na terra. Proteja a vida!
- Os ecossistemas precisam interagir mais entre si e com os homens;
- Instituições públicas fortes e colaborativas são essenciais para o desenvolvimento de cidades sustentáveis;
- A prosperidade do homem nordestino está na generosidade de nossas mãos;

Neste material didático ilustrado ressaltaram o entendimento de que a cultura do povo nordestino é tão exuberante e carente de valorização quanto qualquer comunidade do ecossistema planetário.

Infere-se que a comunidade escolar é um espaço social de aprendizagens múltiplas. Em comunidade vivemos, ensinamos, aprendemos e construímos habilidades singulares para agir no mundo. E entre as responsabilidades da escola está a de promover diálogos pedagógicos comprometidos com a preservação dos seres vivos, estimulando respeito e valorização da vida nesta e em outras gerações.

Foi possível identificar que estas atividades extensionistas advertiram que o futuro da humanidade depende das escolhas que fazemos hoje, do agir comunitário ecologicamente limpo, da gestão e consumo consciente dos recursos naturais nos distintos ecossistemas.

Cumriu-se o dever educacional de educar pessoas para agir no mundo com compromisso ético, plural e sustentável em relação ao bem estar dos homens, em todos os tempos e lugares. Os estudantes perceberam-se integrantes, dependentes e agentes transformadores de seu patrimônio natural, aplicando para isso o diálogo, empatia, criatividade e a curiosidade investigativa como componente estrutural da mediação entre as singularidades dos povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conferências e tratados internacionais comprometidos com a Sustentabilidade Ambiental concentram-se em socializar recomendações para refletirem e investirem na mudança de atitudes humanas que provocam desequilíbrios de ordem física, química e

biológica no equilíbrio ecológico do planeta. Com isso, nos dias atuais, amplia-se a necessidade de estimular uma conscientização coletiva sobre as demandas do ecossistema com urgente corporificação de uma identidade ecologicamente sustentável entre os homens.

A educação escolar, desde a primeira infância, pode ser um espaço socioambiental de alto valor pedagógico. A singularidade e importância da Educação Ambiental na Educação Básica reside no fato de proporcionar diálogos, sensibilizações, conscientizações e ações de impacto sobre a vida humana, suas demandas e formas de consumo, sem exaurir os recursos naturais do planeta. Ações educativas sobre o meio ambiente podem oferecer ações conscientes para preservação do meio ambiente de maneira que, em sociedade, os homens encontrem o equilíbrio entre o suprimento de suas necessidades e o uso racional de seus recursos naturais.

Com o efetivo exercício da cidadania ambiental amplia-se os diálogos sobre os desequilíbrios ambientais que afetam a sua vida humana e do planeta, especialmente neste tempo de alto consumo e desperdícios tanto de resíduos sólidos como de energias renováveis. Sabe-se que a apreensão reflexiva de informações relevantes à luz da realidade local, permitirá aos homens repensarem suas práticas cristalizadas, reassumindo-as ou rejeitando-as como resultados das aprendizagens alcançadas.

Em um mundo marcado pela escassez de recursos naturais e pela poluição dos mais variados ecossistemas, sejam eles marinhos ou terrestres, é cada vez mais necessário estudos e práticas ecologicamente sustentáveis que se posicionem de forma responsável tanto no consumo de energia elétrica como na coleta e destinação dos resíduos sólidos produzidos.

A comunidade escolar precisa assumir sua responsabilidade socioambiental. Uma educação para o desenvolvimento sustentável faz parte de uma educação efetivamente consciente, democrática e cidadã. Essa conscientização deve ser individual e coletiva e, para que seja efetiva, o desenvolvimento do pensamento crítico nos jovens é fundamental.

Evidentemente que algumas ações educativas isoladas sobre consciência ambiental não são suficientes para impedir os prejuízos ambientais provocados pela ação humana na natureza, mas certamente é condição necessária para isso.

Por fim, as ações extensionistas aqui expostas evidenciam o alto valor educacional de mediações pedagógicas assentadas no compromisso e responsabilidade ambiental, social e científica da Universidade Estadual do Maranhão. Em educar a comunidade escolar para que sejam sensíveis ao uso consciente dos recursos naturais disponíveis e

adotem ações práticas sustentáveis para a conservação de um planeta saudável no presente e para o futuro. É inegável sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do nosso povo, do nosso chão.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus, pela motivação diária de educar pessoas.

À Universidade Estadual do Maranhão e o Programa Institucional Bolsas de Extensão – PIBEX, por proporcionar situações de aprendizagens efetivas na comunidade bacabalense.

Aos gestores, professores e estudantes da escola pública Centro de Ensino Estado do Ceará, que aceitaram participar integralmente desta ação de extensão, oferecemos nosso melhor abraço e estima.

Ao Curso Pedagogia Licenciatura da UEMA-Campus Bacabal, por estimular a formação acadêmica em situações reais de ensino.

Aos acadêmicos e colaboradores externos pela generosa atuação, time de excelência, educadores que nosso povo precisa e merece.

À equipe organizadora do X Congresso Nacional de Educação que permite singulares reflexões educativas sob o tema “Contrates, diversidade e inclusão: a educação no próximo decênio”.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zigmund. Comunidade. Rio de Janeiro: **Zahar**, 2003.

BAUMAN, Zigmund. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: **Zahar**, 2001.

BOFF, L. Saber Cuidar: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis: **Vozes**, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 dez. 1996.

CHAUVEL, Marie Agnes; COHEN, Marcos (org.). Ética, Sustentabilidade e Sociedade: Desafios da Nossa Era. São Paulo: **Mauad**, 2009.

MARANHÃO. **Lei n. 11.365 de 19 de outubro de 2020.** Cria e organiza a Escola Ambiental do Estado do Maranhão, e dá outras providências. São Luís, Imp. Oficial, 2020.

NEVES, Márcia. Consumo Consciente. Rio de Janeiro: **E-Papers**, 2003.

REIGOTA, M. Desafios à educação ambiental escolar. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: **SMA**, 1998. p.43-50.

TRISTÃO, M. As Dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento. In: RUSHEINSKY, A. (org.). Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: **Artmed**, 2002. p.169-173.

VASCONCELLOS, Celso. Construção do conhecimento em sala de aula. 14 ed. São Paulo: **Libertad**, 2002.